

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE FEVEREIRO DE 2002**
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

(Assume a Presidência o senhor deputado Elio Rusch)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 406/99, 422/99 e 102/2000, tendo em vista que proposição que trata da mesma matéria, Projeto de Lei nº 05/2001, já foi aprovada pela Casa e sancionada pelo senhor governador, Lei nº 13.116.

Sala das Sessões, em 27.02.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 469/2001e 557/2001, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 27.02.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a V. Exa. o encaminhamento de proposição, ao Exmo Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando as medidas necessárias e cabíveis para a imediata regulamentação do Art. 38 da Lei Complementar nº 89, de 26 de junho de 2001 - Estatuto da Polícia Civil.

CONSIDERANDO que, esta Casa, em junho de 2001, aprovou a Lei Complementar nº 89, tornando mais rigoroso o processo disciplinar no âmbito da Polícia Civil, no intuito de moralizar a Instituição, e, em contrapartida, para aumentar sua eficiência e valorizar o policial, em seu artigo 38 - que teve origem em emenda apresentada por este deputado - passou a exigir grau de escolaridade de nível superior para as carreiras de escrivão de polícia, investigador de polícia, datiloscopista e identificador datiloscópico;

CONSIDERANDO que, decorridos oito meses, o Poder Executivo ainda não regulamentou o referido dispositivo no que se refere à remuneração dos policiais por ele abrangido, e que a classe policial de base encontra-se desmotivada e desvalorizada porque enfrentando sérias dificuldades financeiras, já que há mais de sete anos está sem uma reposição salarial;

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal em seu artigo 144, parágrafo 9º, combinado com o parágrafo 4º do artigo 39, estabelece que a remuneração dos servidores policiais será "por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adi-

cional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”;

CONSIDERANDO que, ao se regulamentar o artigo 38, da LC 89/2001, atendendo-se a norma constitucional acima, será posto um fim às distorções salariais havidas dentro das diversas classes policiais, bem como será vedado qualquer possibilidade de eventuais proposições de ações judiciais contra o Estado visando isonomia salarial;

CONSIDERANDO que, para a necessária reestruturação salarial, na remuneração atualmente paga aos peritos criminais, encontrou-se a que mais se coaduna dentre as diversas faixas salariais verificadas no âmbito da Polícia Civil;

CONSIDERANDO que, regulamentando esse dispositivo, o Poder Executivo estará investindo na segurança pública - hoje prioridade maior do Governo da União e dos Estados - proporcionando aos policiais civis, salários decentes e condizentes com a função de risco que exercem, seja combatendo a marginalidade e o crime organizado que crescem e se fortalecem dia-a-dia, seja na guarda de cerca de seis mil presos que hoje lotam - de forma indevida e ilegal - as delegacias de todo o Estado;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de agilização do processo de regulamentação do citado artigo 38 do Estatuto da Polícia Civil, em anexo encaminhamos, na forma de subsídio, minuta de decreto governamental, que regulamenta o artigo 38 da Lei Complementar nº 89, de 26 de julho de 2001, e dá outras providências, conforme estudo e elaboração procedida em conjunto com a comissão de representantes das entidades de classe da Polícia Civil.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que cópia da mesma seja encaminhada para conhecimento do senhor secretário da Segurança Pública, doutor José Tavares, ao senhor delegado geral da Polícia Civil, doutor Leonil Ribeiro e ainda para União da Polícia Civil do Estado do Paraná - Sinclapol - Sindicato das Classes da Polícia Civil do Paraná, Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Paraná, Associação dos Datiloscopistas e Identificadores da Polícia Civil do Estado do Paraná e Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

DECRETO GOVERNAMENTAL Nº SÚMULA:

Regulamenta o artigo 38 da Lei Complementar nº 89, de 26 de julho de 2001 e dá outras providências.

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 87, V, da Constituição Estadual e atendendo o que dispõe o artigo 144, parágrafo 9º, da Constituição Federal, regulamento o disposto no artigo 38 da Lei Complementar

Estadual nº 89, de 26 de julho de 2001, nos seguintes termos:

Art. 1º - As carreiras policiais de nível superior, referidas no artigo 38 da Lei Complementar nº 89/2001, terão como subsídio único, a remuneração total atualmente paga aos Peritos Criminais, observando-se as variações salariais de cada classe, de 8% (oito por cento) entre uma e outra classe.

Parágrafo Único - O estabelecido no artigo 1º, absorve, incorpora e extingue as gratificações de Representação; pela Execução de Trabalho de Natureza Especial, com Risco de Vida ou Saúde; de Regime Especial de Trabalho Policial- RETP e Gratificação por Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, ressalvado apenas a Gratificação por Tempo de Serviço.

Art. 2º - A classe inicial da Carreira de Investigador de Polícia é a 5ª Classe e a 4ª para as demais carreiras.

Art. 3º - Os adicionais por tempo de serviço são calculados na forma prevista no artigo 37, XIV da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em de março de 2002

(a) JAIME LERNER

Governador

	INICIAL
Escrivães e Investigadores de Polícia - 1ª Classe	R\$ 1.872,11
Total de Ativos - 356	
Total de Inativos - 139	
CUSTO TOTAL	R\$ 926.693,80
Escrivães e Investigadores - 2ª Classe	R\$ 1.733,431
Total de Ativos - 509	
Total de Inativos - 191	
CUSTO TOTAL	R\$ 1.213.403,78
Escrivães e Investigadores - 3ª Classe	R\$ 1.605,03
Total de Ativos - 828	
Total de Inativos - 249	
CUSTO TOTAL	R\$ 1.728.618,88

Escrivães e Investigadores - 4ª Classe R\$ 1.486,14

Total de Ativos - 374

Total de Inativos - 315

CUSTO TOTAL R\$ 1.023.950,62

Escrivães e Investigadores - 5ª Classe R\$ 1.376,06

Total de Ativos - 654

Total de Inativos - 001

CUSTO TOTAL R\$ 901.316,53

Datiloscopista e Identificador
Datiloscópico - 1ª Classe R\$ 1.872,11

Total de Ativos - 40

Total de Inativos - 17

CUSTO TOTAL R\$ 106.710,78

Datiloscopista e Identificador
Datiloscópico - 2ª Classe R\$ 1.733,43

Total de Ativos - 73

Total de Inativos - 11

CUSTO TOTAL R\$ 145.609,25

Datiloscopista e Identificador
Datiloscópico - 3ª Classe R\$ 1.605,03

Total de Ativos - 110

Total de Inativos - 001

CUSTO TOTAL R\$ 178.159,47

Datiloscopista e Identificador
Datiloscópico - 4ª Classe R\$ 1.486,13

Total de Ativos - 67

Total de Inativos - 08

CUSTO TOTAL R\$ 111.461,13

TOTAL GERAL R\$ 6.336.024,24

CUSTO/MÊS ATUAL R\$ 3.434.432,67

DIFERENÇA

R\$ 2.901.591,57

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 89 de 26 de julho de 2001, tornou mais rigoroso o processo disciplinar no âmbito da Polícia Civil objetivando moralizar a Instituição, e em contrapartida, para aumentar sua eficiência, passou em seu artigo 38, a exigir grau de escolaridade de nível superior para as carreiras de Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia e Datiloscopista e Identificador Datiloscópico.

Contudo o Poder Executivo ainda não regulamentou o referido dispositivo naquilo que se refere à remuneração dos policiais por ele abrangido, embora decorridos quatro meses da sanção governamental. Dessa forma, faz-se necessária a reestruturação salarial, tendo como paradigma a remuneração atualmente paga aos peritos criminais, que mais se coaduna dentre as diversas faixas salariais verificadas no âmbito da polícia Civil.

Tal providência atende comando normativo da Constituição Federal, em seu artigo 144, parágrafo 9º, além do que põe fim às distorções salariais havidas dentro das diversas classes policiais. Ainda, veda qualquer possibilidade de eventuais proposituras de ações judiciais contra o Estado visando isonomia salarial.

A medida tem grande alcance social, pois, além de contemplar quase a totalidade dos policiais civis, resgatará a auto-estima do policial e sua dignidade o que resultará numa melhor prestação de serviço à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, na qualidade de membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, REQUEREM, que seja marcada data para realização de audiência pública para discussão ampla do Projeto de Lei nº 032/2002, oriundo de mensagem governamental, que trata da autonomia das universidades estaduais.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
e demais membros

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à diretoria da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - Acamsop/M-14, eleita para a gestão 2002, em nome de seu presidente, vereador Marcos Antonio Loyola, em eleição realizada no dia 8 de dezembro de 2001, e posse no próximo dia 1º de março de 2002, parabenizando todos os membros da diretoria e augurando votos de sucesso na nova gestão.

Do aprovado, requer ainda, se dê ciência à diretoria da Acamsop/M-14, através de correspondência à Rua Iguaçu, 476-CCI - 3º andar - Caixa Postal 312 CEP 85501.970- Pato Branco- PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, votos de congratulações à Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - Fetranspar em virtude da posse de sua nova diretoria e conselho fiscal.

Em primeiro de janeiro de 2002 iniciou o mandato daquela importante Federação a diretoria assim composta:

- Presidente: Luiz Anselmo Trombini.
- Primeiro vice-presidente: Ademar Correia da Silva Barbosa (Sindiponta).
- Segundo vice-presidente: Saulo Ivo Lamb (Sindifoz).
- Primeiro diretor financeiro: Valter Luiz Montagner (Sindivale).
- Segundo diretor-financeiro: Carlos Antônio da Silva Vieira (Setceguar).
- Diretores efetivos: Josmar Richter (Sindiponta), Arthur José Finger (STROPR), Ascânio José Butzge (Sintrapol), José Renato Buturi (Sindiponta).
- Diretores suplentes: Massayoshi Siraichi (Setcamar) Ulcir Pinzon (Sindivale), Edvaldo Correia (Setcamar).
- Membros efetivos do conselho fiscal: Ademir Alberto Fhurmann (STROPR), Reinaldo Gabriel Neto (Setcamar), Celço Malacarne (Cetcsupar).
- Membros suplentes do conselho fiscal: Darci Zem (Sintratol), Ivan Carlos Roso (Setcsupar), José Arcângelo Vendramin (Sindifoz).

A Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná tem se posicionado politicamente em todas as situações que afetam não só a categoria como também em assuntos de interesse da população paranaense. Nossa iniciativa, além de homenagear a nova diretoria, pretende incentivar aquela Federação a participar cada vez mais das discussões da política paranaense.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento ao presidente, Luiz Anselmo Trombini, no seguinte endereço: Rua Almirante Gonçalves, 1966, Rebouças, Cep. 80.250-150-Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Luiz Anselmo Trombini, por ter sido eleito presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - Fetranspar.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Fetranspar - entidade composta por 09 sindicatos com bases territoriais em Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Guarapuava, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, com 3.500 empresas é responsável pela movimentação de 69% dos produtos da economia paranaense, alavanca fundamental para a economia do Estado.

O empresário Luiz Anselmo Trombini, terá sua administração voltada para o interior do Estado.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer que seja expedida correspondência ao senhor Luiz Anselmo Trombini - presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, sito à Rua Almirante Gonçalves, nº 1.966 - Rebouças - CEP: 80.250.150 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Legião Paranaense do Expedicionário, alusivo à solenidade de 57ª aniversário da tomada do Monte Castelo - Itália pela FEB.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Legião Paranaense do Expedicionário major Benur Augusto Muniz, através de correspondência a ser encaminhada à Praça do Expedicionário s/nº - CEP: 80060.180 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de votos de louvor à Prefeitura Municipal de Colombo, em virtude de aquele município ter recebido o prêmio Paraná Ambiental na categoria Ecoturismo.

Quando o circuito italiano de Turismo Rural foi lançado, há três anos, dois objetivos pretendiam ser alcançados com o projeto: o primeiro era garantir a renda aos agricultores da região evitando o êxodo rural. E o segundo era a preservação do meio ambiente. O primeiro objetivo já foi alcançado com a criação de duzentos novos empregos na área rural e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. E o segundo foi no mês passado

quando Colombo foi agraciado com o prêmio Paraná Ambiental.

O circuito recebeu o prêmio na categoria de Ecoturismo. O Paraná Ambiental visa reconhecer, premiar e divulgar as iniciativas e realizações que mais se destacaram neste setor no Estado. Ele é instituído pelo Governo Estadual, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Suderhsa.

O projeto desenvolvido em Colombo e implantado pela Prefeitura Municipal é uma alternativa para o desenvolvimento sustentável da área rural do município. Além disso, permite resgatar e preservar o meio ambiente.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento à prefeita Izabete Cristina Pavim, no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 105- CEP: 83.414-000 - Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) RANATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos, de votos de louvor à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, em virtude de aquele município ter recebido o prêmio Talento do Paraná 2001, na área de Educação.

Uma grande e animada festa marcou a entrega do prêmio Talento do Paraná 2001, no qual o município de São José dos Pinhais foi destaque ao receber o prêmio que cabia à área da Educação, e que foi conquistado graças ao Programa de Ação Cultural e Esportiva. O programa foi criado e implantado pela Secretaria Municipal de Educação.

O prêmio Talento do Paraná foi idealizado pelo Segmento Comunicação e marketing e envolveu 10 categorias nas áreas mais importantes para o desenvolvimento econômico, cultural e social do Paraná, tornando-se um marco na valorização das pessoas e das boas iniciativas. Desde 1999, quando foi criado, o prêmio vem destacando personalidades como Zilda Arns, Dailza Damas, Geraldo Pioli, Lala Schneider, Waldemar Niclevicz, entre outros. A premiação é feita através de júri popular e desta vez a Educação de São José dos Pinhais ganhou pelas características que o Pace apresenta.

O Pace coloca em prática as diretrizes básicas de uma nova visão, oficializada pela Unesco na sua Carta de 1998, em que as atividades de natureza cultural e esportiva finalmente passaram a ser valorizadas no contexto sócio-educacional diário de ser humano. A Educação, diante dos diversos desafios que vem enfrentando, especialmente ao longo dos últimos anos, começa então a reconhecer a necessidade de desenvolver no aluno as chances de se tornar um cidadão ainda mais feliz.

Requer, ainda, que após a decisão do Plenário seja enviado cópia deste requerimento ao prefeito, Luiz Car-

los Setim, no seguinte endereço: Rua Passos de Oliveira, 1101 - CEP: 83.030-720 - São José dos Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, que sejam realizados serviços de conservação da estrada que liga o município de Diamante do Sul ao de Laranjal, cruzando o Rio Piquiri, através da Balsa Carriel.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Diamante do Sul é uma das poucas cidades paranaenses em que as estradas que dão acesso a ela ainda não são pavimentadas.

Agora estão construindo um novo acesso à BR-277 com a promessa de ser pavimentado (sentido Sudoeste).

Ocorre que, no sentido Norte/Nordeste, existe uma estrada não pavimentada que a liga ao município de Laranjal. Do outro lado do Rio Piquiri, cruza-se o rio através de uma balsa, (Balsa Carriel) mantida pela Prefeitura de Laranjal.

Esta estrada está em péssimas condições, tornando-a quase intransitável.

A estrada é de fundamental importância à comunicação entre as duas cidades, para o escoamento da produção agropecuária e se a conservação (com adequação do leito) for feita, tal estrada pode se tornar uma importante ligação entre o Sudoeste e o Centro do Paraná, diminuindo consideravelmente as distâncias entre as cidades das regiões.

REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ilustre coordenador estadual do Procon - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, doutor Nain Akael Filho, para que o Procon apure e tome as providências cabíveis, em relação aos abusivos aumentos autorizados através do Decreto nº 60/2002, de 06 de fevereiro de 2002, da Prefeitura Municipal de Curitiba, vigente desde o último dia 14 de fevereiro de 2002, com aumentos exorbitantes de até 227,22%, onde uma urna que custava R\$181,68 passou a custar R\$599,50, ou seja 412,82 mais cara.

Requer ainda, investigação por parte do Procon, quanto às denúncias de superfaturamento na comercialização de urnas fúnebres entre as fábricas de urnas e as funerárias, com margem de lucro de até 995,51% de lucro, numa demonstração de flagrante crime contra o consumidor, conforme relatório em anexo.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao Procon - Rua Francisco Torres, 272 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à ilustre delegada titular da Delcon - Delegacia de Proteção ao Consumidor, doutora Valéria Padovani de Souza, para que a Delcon apure e tome as providências cabíveis, em relação aos abusivos aumentos autorizados através do Decreto nº 60/2002, de 06 de fevereiro de 2002, da Prefeitura Municipal de Curitiba, vigente desde o último dia 14 de fevereiro de 2002, com aumentos exorbitantes de até 227,22%, onde uma urna que custava R\$181,68 passou a custar R\$599,50, ou seja 412,82 mais cara.

Requer ainda, investigação por parte da Delcon, quanto às denúncias de superfaturamento na comercialização de urnas fúnebres entre as fábricas de urnas e as funerárias, com margem de lucro de até 995,51% de lucro, numa demonstração de flagrante crime contra o consumidor, conforme relatório em anexo.

Que o presente requerimento seja encaminhado à Delcon - Rua Augustinho Ermelino de Leão, 513 - Alto São Francisco - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ilustre deputado Sérgio Spada, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa Legislativa, para que a referida Comissão apure e tome as providências cabíveis, em relação aos abusivos aumentos autorizados através do Decreto nº 60/2002, de 06 de fevereiro de 2002, da Prefeitura Municipal de Curitiba, vigente desde o último dia 14 de fevereiro de 2002, com aumentos exorbitantes de até 227,22%, onde uma urna que custava R\$181,68 passou a custar R\$599,50, ou seja 412,82 mais cara.

Requer ainda, investigação por parte da referida Comissão, quanto às denúncias de superfaturamento na comercialização de urnas fúnebres entre as fábricas de urnas e as funerárias, com margem de lucro de até 995,51% de lucro, numa demonstração de flagrante crime contra o consumidor, conforme relatório em anexo.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ilustre procurador geral de Justiça, doutor Marco Antonio Teixeira, para que o Ministério Público Estadual apure e tome as providências cabíveis, em relação aos abusivos aumentos autorizados através do Decreto nº 60/2002, de 06 de fevereiro de 2002, da Prefeitura Municipal de Curitiba, vigente desde o último dia 14 de fevereiro de 2002, com aumentos exorbitantes de até 227,22%, onde uma urna que custava R\$181,68 passou a custar R\$599,50, ou seja 412,82 mais cara.

Requer ainda, investigação por parte do Ministério Público, quanto às denúncias de superfaturamento na comercialização de urnas fúnebres entre as fábricas de urnas e as funerárias, com margem de lucro de até 995,51% de lucro, numa demonstração de flagrante crime contra o consumidor, conforme relatório em anexo.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao ilustre procurador geral de Justiça, doutor Marco Antonio Teixeira - Ministério Público - Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Palácio da Justiça - 6º andar - Centro Cívico - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER envio de pedido de expediente à Bancada paranaense no Congresso Nacional para que proponha projeto de lei proibindo que as empresas de telefonia cobrem tarifa interurbanas nas ligações efetuadas dentro do mesmo município.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ELI GHELLERE

Apoiamento:

Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Após a privatização do sistema de telefonia tem sido uma constante as operadoras do Sistema Nacional de Telecomunicações cobrarem tarifas interurbanas nas ligações entre a sede dos municípios, seus distritos e comunidades do interior, impossibilitando o desenvolvimento do comércio e principalmente o uso da internet.

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente pedido de informações, ao Exmo. senhor secretário da Fazenda e ao presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, senhor Ingo Hübner, sobre os

valores dispendidos com a empresa adviser, advogados, assessores financeiros e consultores contratados para trabalhar no infrutífero processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI e MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente pedido de informações, ao Exmo. senhor secretário da Fazenda e ao presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, senhor Ingo Hübert, sobre as seguintes questões:

I - qual o número de diretores e de conselheiros que prestam serviços à Copel e suas subsidiárias;

II - qual o montante da remuneração percebida por essas pessoas.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI e MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER de V. Exa. o encaminhamento do presente pedido de informações, ao Exmo. senhor secretário da Fazenda e ao presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, senhor Ingo Hübert, sobre as seguintes questões:

I - qual o número de diretores e de conselheiros que prestam serviços às empresas em que a Copel possui participação acionária;

II - qual o valor da remuneração percebida por essas pessoas.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI e MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado e anexado nos Anais da Sessão de hoje o Editorial do Boletim nº 007 do Sindicarne (Sindicato da Indústria de Carne e Derivados no Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente executivo do Sindicarne doutor Péricles P. Salazar através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Cândido de Abreu nº 427 16º andar conjunto 1601 - CEP 80530-000 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 73/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a isentar do recolhimento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade, os alunos da rede pública de ensino estadual e municipal.

Art. 2º - O benefício será concedido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Instituto de Identificação do Paraná, com a apresentação de declaração expedida pelo estabelecimento de ensino público onde o aluno estiver matriculado, atestando a sua condição de estudante.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Embora a pessoa seja registrada em cartório ao nascer, o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública é de fundamental importância para garantir ao indivíduo a sua condição de cidadão, identificando-o como integrante da comunidade e o Estado reafirmando o reconhecimento dos seus direitos civis e sua igualdade na sociedade em que vive.

Todavia, para o fornecimento desse documento de relevante valor na vida das pessoas, já a partir do seu ingresso em estabelecimentos de ensino, e que exige o recolhimento de uma taxa, muitas vezes as impedem de obtê-lo em virtude de dificuldades financeiras de seus familiares.

Diante desse fato, as pessoas carentes só requerem a cédula de identidade na juventude, frente à necessidade de a apresentarem quando na busca de emprego, por exemplo, mas, certamente, se tivessem condições a obteriam já na sua infância.

O projeto em apreço, ao ser convertido em lei, beneficiará diretamente aquelas crianças pertencentes a famílias de baixa renda que estudam em estabelecimentos públicos, que pela condição econômica de suas famílias não podem obter esse documento pessoal proporcionando aos pais ou responsáveis mais tranquilidade no tocante à segurança de seus filhos, pois em caso de viagem, eventual emergência por outro motivo, como desaparecimento, serão imediatamente reconhecidos pela entidade fiscalizadora ou policial.

Tratando-se de proposição de relevante caráter social, beneficiando os menos favorecidos, apelamos aos nobres pares desta Casa pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 74/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê - Adhigo, do lote de terras de sua propriedade, a seguir Lotes de Terras nº 02, da quadra 56 da planta geral da cidade de Goioerê - PR, com área de 350,00m², devidamente matriculado sob nº 17.351 do Livro 2 - Registro Geral; do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê-PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Adhigo para construção da sede própria de entidade, que atende aproximadamente 2.000 (dois) mil associados no tratamento de hipertenso e do diabético.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa edificar a sede própria da Adhigo - Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê, que tem desenvolvido um trabalho de importância ímpar aos portadores destes males que afligem grande parte da população brasileira. Entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade identificando casos de diabetes e hipertensão, desenvolvendo campanhas preventivas, trabalhando como vital ponto de apoio aos diabéticos desde a orientação e ajuda na dieta alimentar, até a própria distribuição de medicamentos de uso contínuo. Por esta e inúmeras outras atividades a Adhigo tem se constituído em um fundamental elo de ligação entre pacientes (na maioria carente), poderes constituídos e comunidade.

Por estas e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 75/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida - São João Batista, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida - São João Batista, localizado no

município de Rio Branco do Sul, fundada no ano de 1987, realiza atividades na área de assistência social da comunidade na qual está inserida.

Com o objetivo de amparar os moradores locais em suas necessidades sociais, culturais, assistenciais e educacionais, a Associação vem realizando campanhas para arrecadação de fundos, além de bingos, jantares, torneios esportivos, rifas e chás beneficentes. Os recursos angariados são repassados aos projetos desenvolvidos pela Associação, que durante o ano de 2001 (para exemplificar) reformou o Salão de Festas da Comunidade (onde são realizados reuniões e eventos), auxiliou na melhoria das ruas do bairro com colocação de saibro, auxiliou famílias carentes com compra de alimentos, proporcionou atendimento médico e distribuição gratuita de medicamentos à população local, além de brinquedos para as crianças.

Com a preocupação de proporcionar geração de empregos e renda, a Associação tem se esforçado para manter já há vários anos, a compra de material para a fabricação de artesanato pelas associadas que, além de ser um modo de preparar para o mercado de trabalho, proporciona a arrecadação de fundos que são revertidos para a própria Associação.

Estas atividades, aliadas à campanha do agasalho trimestral e às reuniões bimestrais com as mães (que proporcionam atendimento às crianças até 7 anos) têm surtido grande efeito sobre os moradores, que têm naquela instituição um suporte para a difícil situação que passam diariamente.

A Associação de Moradores Bairro Nossa Senhora Aparecida - São João Batista, entidade sem fins lucrativos e de auxílio aos moradores, configura-se como instituição de Utilidade Pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 76/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica obrigado a destinar aos hospitais especializados no tratamento de traumas advindos de acidentes de trânsito, 30% (trinta por cento) do montante arrecadado com infrações de trânsito no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os municípios que celebram convênio com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e os que criaram departamentos de trânsito próprios também ficam sujeitos ao disposto no *caput*.

Art. 2º - Os valores arrecadados pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, e pelo Departamento Estadual de Estradas e Rodagem - DER, serão repassados mensalmente ao Sistema Único de Saúde,

que realizará a distribuição entre os hospitais especializados.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Os hospitais especializados no tratamento de traumas hoje vivem situação delicada, principalmente porque atendem grande número de vítimas em acidentes de trânsito, sem que haja qualquer contrapartida do Estado.

O projeto tem a intenção de fornecer aos hospitais que socorrem vítimas do trânsito, que a cada dia aumentam, elementos para prestação de atendimento médico minimamente digno, sem que dependam de outras formas para incrementar sua receita.

Desta forma, solicito o apoio dos nobres pares para que, entendendo a grandeza em dar maiores condições operacionais a estes centros de atendimento, aprovem o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 77/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a conceder desconto de até 2% (dois por cento) no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a ser recolhido das empresas localizadas no Estado que executarem programas habitacionais para seus funcionários.

Art. 2º - Para os efeitos dessa lei, entende-se como Programas Habitacionais a compra de lotes e a construção de casas populares.

Art. 3º - Para usufruírem deste incentivo as empresas deverão comprovar a realização dos programas ou os projetos em andamento.

Parágrafo Único - Para concessão do incentivo, será necessário o acompanhamento e fiscalização das etapas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

São mais do que conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para que possam ter acesso à moradia. As dificuldades de mercado e as tributações excessivas têm impedido que empresas possam oferecer programas especiais de moradia para seus funcionários, o que viria, inclusive, reduzir com os déficits habitacionais, atualmente existentes.

Nada mais justo de que o Governo do Estado, que também tem realizado pouco em termos de habitação popular, conceda incentivos para aqueles que investem em programas habitacionais. Por isso, consideramos muito importante que isto venha a ocorrer agora.

PROJETO DE LEI Nº 78/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à nadadora Dailza Damas Ribeiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nascida na cidade de Califórnia, no ano de 1959, passou a residir em Curitiba há alguns anos atrás, onde iniciou suas atividades esportivas como nadadora de grandes percursos.

Oriunda de família humilde e de escassos recursos, projetou-se como uma das maiores expoentes da natação de fundo, em nível internacional, impulsionada unicamente por sua ferrenha força de vontade e determinação.

Nesta modalidade, vem conseguindo recordes extraordinários, projetando o esporte do Paraná, além da Federação, em inúmeros outros países, tendo seu nome incluído no livro Guinness dos Recordes, ao impor uma nova marca à travessia do Titicaca, o lago navegável mais alto do mundo, na fronteira andina entre Bolívia e Peru.

Iniciando com pequenos percursos no território nacional, lançou-se a desafios maiores em vários cantos do mundo, realizando mais de 50 travessias, entre 25 países, representando o Brasil com brilhantismo, na conquista de importantes provas internacionais. Entre tantos feitos, destacam-se, inicialmente, a Travessia Internacional Mar Grande, em Salvador/BA, com extensão de 3 km, em fevereiro de 1990; Campeonato Mundial Master de Natação, no Rio de Janeiro, em agosto de 1990; Campeonato Master de Natação, Salvador/BA, em novembro de 1990; Travessia de Guaratuba, extensão de 3 km, em fevereiro de 1991; Travessia Parana-guá-Antonina, com 20 km, sendo a primeira pessoa a realizar este percurso, em abril de 1991; Campeonato Paranaense Master de Natação - Rio de Janeiro, em abril de 1992; Travessia Internacional Mar Grande, em Salvador/BA, em dezembro de 1991, desta feita, num percurso de 16 km; Travessia da Represa do Passaúna, Curitiba, com 20 km, em maio de 1992; Travessia do Lago de Itaipu, em Foz do Iguaçu, em julho de 1991, numa extensão de 25 km, sendo, também, a primeira pessoa a realizar. Entre as provas internacionais destacam-se a Travessia 30th Gulfs of Toroneos Swim -

Thessaloniki a Macedônia/Grécia, em junho de 2000, numa extensão de 30 km; Travessia Gulfs Ofmaliakos Swim - Thessaloniki a Macedônia/Grécia, em julho de 2000, sendo a primeira brasileira a realizar este percurso; Travessia do Estreito de Tiquina, entre San Pablo de Tiquina a San Pedro de Tiquina, na Bolívia, 16 vezes ininterruptamente, perfazendo a extensão de 18 km, sendo a primeira brasileira a realizar tal percurso, obtendo, inclusive, recorde nesta prova. Travessia do Lago Titicaca, na Bolívia, em abril de 2001, sendo a primeira pessoa a realizar este percurso, com 25 km de extensão, a uma temperatura da água que atingiu a 7 graus centígrados; Travessia do Lago de Zurich, na Suíça, em junho de 1992; Travessia do Canal da Mancha, Inglaterra/França, em setembro de 1992, batendo recorde neste percurso; Contorno da Ilha de Fernando de Noronha, em janeiro de 1993, sendo a primeira pessoa a realizar; Travessia do Canal de Catalina, Los Angeles/EUA, em junho de 1993, obtendo recorde neste percurso; Contorno das Ilha do Mel, Litoral do Paraná, em março de 1994, sendo a primeira pessoa a realizar tal travessia; Contorno do Atol das Rocas, Litoral do Rio Grande do Norte, em abril de 1994, sendo a primeira pessoa a realizar; Contorno da Ilha de Abrolhos, Litoral da Bahia, em abril de 1995, sendo a primeira pessoa a realizar; novamente a Travessia do Canal da Mancha, desta feita, em junho de 1995; Travessia do Estreito de Gibraltar, Gibraltar/Espanha, em agosto de 1995, sendo a primeira brasileira a realizar esta travessia; Contorno da Ilha de Manhattan, Nova York/EUA, em agosto de 1995, sendo a primeira brasileira a realizar este percurso; Travessia da Ilha de Marajó à Ilha de Mosqueiro, em Belém do Pará, em maio de 1996, sendo a primeira pessoa a realizar este percurso; Travessia do Mar da Galiléia, Israel, em julho de 1996, sendo a primeira pessoa a realizar esta travessia; Travessia 26th Gulfs os Torneos Swim, em Thessaloniki a Macedônia, na Grécia, em julho de 1996, sendo a primeira brasileira a realizar tal travessia; Travessia Rio Iguaçu, das Cataratas ao Marco Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu/PR, em março de 1998, sendo a primeira pessoa a realizar a travessia; Contorno da Ilha de Trindade, Litoral do Espírito Santo, em junho de 1999, primeira pessoa a realizar; Contorno da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, em maio de 2000, sendo a primeira pessoa a realizar o contorno.

Figura exponencial da natação brasileira de grandes percursos, Dailza Damas, além de projetar os nomes do Paraná e do Brasil em inúmeros países, vem contribuindo significativamente para a formação de uma geração de paranaenses direcionada à prática salutar da natação, através de seu exemplo pessoal e das palestras que profere, freqüentemente, em inúmeras instituições.

As razões alinhadas justificam, plenamente, o plano de lei em referência que, indubitavelmente, consubstancia o reconhecimento do povo do Paraná à insigne paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje, pela manhã, a Comissão de Educação e Cultura desta Assembléia, esteve reunida desde às 9h30min, até por volta de 11h, sob a Presidência do deputado Ângelo Vanhoni, com a presença dos senhores parlamentares Duílio Genari, José Maria Ferreira, Chico Noroeste e nós, que também fazemos parte dessa Comissão.

Além do trâmite normal, de projetos que mereciam as análises da Comissão, pareceres; a Comissão de Educação iniciou hoje, a discussão do projeto encaminhado a esta Casa, pelo Governo do Estado, que trata da autonomia das Universidades.

Recebemos presenças de vários segmentos da área da educação, por exemplo, o César Antonio Santos, do Sindicato da Universidade de Londrina, ainda a presença também de várias outras pessoas, da professora Dilma Benedita de Souza Gouveia; do professor Luis Carlos Brusch, de Londrina; da estudante Liria de Fátima Matos, da Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste de Guarapuava, de várias outras pessoas que fazem parte da área que estava se discutindo a questão da autonomia das Universidades.

O fato importante, que ficou bastante claro nessa reunião, e depois o deputado Ângelo Vanhoni, que é o presidente, pôde colocar com mais detalhes, é de que todos são favoráveis à autonomia das Universidades.

Há um consenso nesse sentido, de que na verdade esse é o melhor processo, como disse uma das participantes da reunião, há 19 anos atrás já se falava na questão da autonomia das Universidades, cujo projeto já se instalou em outros Estados e outros países também.

Porém, há algumas divergências entre o projeto encaminhado pelo Governo e um anteprojeto preparado pelas entidades das nossas Universidades.

Daí porque, senhor presidente, senhores parlamentares, nós fizemos uma proposição hoje pela manhã, no sentido de que o projeto de autonomia das Universidades, que não tem nada a ver, nada absolutamente a ver com a greve, que hoje já completa 162 dias.

A greve é uma situação que deve ser tratada pelo Governo do Estado e pelas Universidades.

O projeto de autonomia diz muito respeito a esta Assembléia, a esta Casa, que vai, ou referendar o projeto que está aí encaminhado pelo Governo, com algumas alterações, ou vai propor um outro anteprojeto que possa chegar a ser de consenso de todos os segmentos.

Foi por isso que na reunião de hoje pela manhã, que teve uma grande participação da comunidade estudantil, comunidade dos professores, diretores, funcionários, é que nós propusemos que o projeto do governador está na Comissão de Constituição e Justiça e ontem, parece-me, o presidente da Comissão já teria destinado

para que proceda o parecer e a análise, o deputado Antonio Carlos Belinati.

Nós achamos, senhor presidente, senhores deputados, um tanto quanto precipitado a Comissão de Constituição e Justiça dar um parecer neste projeto, quando nós recebemos um farto material das entidades hoje, alegando uma série de irregularidades, uma série de inconstitucionalidades no bojo do projeto encaminhado pelo Governador do Estado do Paraná.

Por isso, nós tiramos uma posição na Comissão de Educação, no sentido de que ainda o projeto não comece a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Que ele permaneça na mão ainda do relator, que parece-me será o deputado Antonio Carlos Belinati, mas que não seja levado a nível de discussão, de análise na CCJ, até porque a nossa Comissão, hoje, tirou uma seguinte posição: marcar uma audiência pública para o dia 11 do mês que vem, no Plenarinho da Assembléia, trazendo para esta discussão pessoas que possam já ter passado por este processo de autonomia das Universidades, trazendo, quem sabe, pessoas que nós já temos até nomes para que venham aqui proferir palestras e dizer, e nos ajudar na confecção da discussão destes projetos que carecem desta Casa de uma análise profunda.

Vamos trazer aí gente da Unicamp, gente da USP, vamos trazer pessoas aqui mesmo do Paraná que já tenham discutido este processo de autonomia das Universidades, vamos fazer um amplo debate aqui no dia 11, chamando as Universidades todas, com os seus reitores, para que venham aqui a fim de darem a contribuição para que possamos fazer uma boa Lei da Autonomia das Universidades.

Então, neste sentido, senhor presidente, é que nós propusemos, portanto, que se fizesse esta audiência pública para o dia 11 aqui no Plenarinho da Assembléia, o senhor presidente será comunicado ainda hoje, através da nossa assessora, doutora Solange, oficiando já com a assinatura do nosso presidente, solicitando o plenarinho, se for o caso já indicando pessoas que serão convidadas para palestra para que possamos fazer um bom debate. Ao mesmo tempo, este requerimento que nós tiramos hoje na Comissão de Educação pede também, como já disse, é que se pare o processo da análise do projeto de autonomia das universidades enquanto não se realizar, enquanto não se completar esta audiência pública marcada para o dia 11.

Portanto, senhor presidente, quero aqui neste momento, em nome do presidente da nossa Comissão, deputado Ângelo Vanhoni, em nome dos deputados José Maria Ferreira, Duílio Genari, Chico Noroeste e em meu nome, dizer que esta Casa começou hoje, oficialmente, a debater com profundidade e buscando soluções para uma boa lei em relação à questão da autonomia das universidades do Estado do Paraná.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Gostaria, antes de mais nada, ao usar esta tribuna, de deixar registrado que hoje pela parte da manhã, aconteceu mais uma audiência pública da CPI do Leite, onde então completamos o giro por todas as regiões do nosso Estado do Paraná e contemplamos hoje, pela parte da manhã, a Região de Curitiba e Região Metropolitana.

É importante citar que está sendo muito bem conduzida pelo nosso presidente, o deputado Orlando Pesutti, tendo como relator o deputado Cezar Silvestri, e a audiência de hoje de manhã, mais uma vez, provou o que as outras audiências já tinham comprovado para nós, reforçou o que as outras audiências já tinham mencionado que é a grande exploração do nosso agricultor, do nosso produtor de leite.

Sentimos, mais do que nunca, por que o nosso agricultor tem desanimado cada vez mais e está saindo do campo. Sentimos que o preço pago pelo litro de leite varia muito de região para região, até de laticínio para laticínio, como a questão de pagar 20, 25 centavos, mas também como tem agricultores recebendo 11 centavos pelo litro de leite e até mesmo hoje pela manhã, lembra bem o deputado Eli Ghellere, um depoimento de 5 centavos o litro de leite, enquanto que o consumidor paga até 1 e 40, 1 e 50, conforme o tipo, a marca de leite que ele comprar no mercado. Então, existem muitas denúncias. E aqui, mais uma vez, então, retrata bem as dificuldades que enfrenta a nossa agricultura e a exploração que realmente vive o nosso agricultor.

E temos uma esperança muito grande na CPI, uma esperança de poder levar alguma coisa, algo positivo para os nossos agricultores, para os nossos produtores de leite, que vêm trabalhando com prejuízo. É isso que temos sentido. E claro que também registramos a fraca participação da indústria e do setor do comércio. São setores de extrema importância e deveriam estar participando e deveriam estar dando o seu depoimento, porque nós queremos entender melhor por que essa diferença toda paga pelo litro de leite para o nosso agricultor e o preço que o consumidor paga pelo litro de leite no mercado, e infelizmente essa participação está sendo fraca.

E precisamos, com certeza, já disse o nosso relator, que a CPI vai convocar, então, o setor da indústria, o setor do comércio, para que eles participem, para que seja possível sanar dúvidas que nós temos com relação à compra, com relação ao valor que eles estão pagando pelo litro de leite para os nossos produtores rurais.

Também deixo aqui a minha preocupação quanto a questão da greve das universidades, que já passa de 160 dias. E, no entanto, não vemos o governo do Estado do Paraná tomar alguma medida, não senta com o comando

de greve, não discute, e, aliás, desvirtua a discussão com o projeto de autonomia das universidades.

Quero parabenizar a Comissão de Educação, parabenizar o deputado Ângelo Vanhoni, que vem presidindo essa Comissão, também o deputado Algaci Tulio, que fez um belo pronunciamento aqui citando o que realmente vai ser a autonomia das universidades, e dizer que o governo usa esse projeto como se isso fosse a proposta do comando de greve.

No entanto, não é isso que o comando de greve está pedindo e desde que surgiu a greve sabemos bem quais são as reivindicações das greves, tanto da UEM, da UEL, como da Unioeste, e uma das reivindicações é a questão do reajuste salarial. E, no entanto, quando se discute autonomia das universidades, não estamos discutindo reajuste salarial, porque temos a certeza que a autonomia, ou o valor repassado para as universidades não vai trazer aumento para as universidades, não vai aumentar o recurso para as universidades. Isso significa que não vai também levar recursos.

Portanto, é preciso que o Governo do Estado do Paraná discuta cada coisa no seu tempo. Não podemos discutir autonomia salarial e vincular isso à greve das universidades. É importante que o governo não vire mais as costas à greve das universidades e sente-se com os professores para poder discutir as propostas com o comando de greve e não simplesmente vincular a questão da greve com a questão da autonomia das universidades, porque com certeza não é isso que os professores, não é isso que o comando de greve está reivindicando do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, hoje não estaria programada a vinda do secretário do Planejamento à Assembléia, para fazer uma audiência pública das contas do governo, relativo ao quadrimestre?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Logo após a Sessão Ordinária, conforme nos informa a nossa assessoria, no plenarinho.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O PDT nacional, através do ilustre deputado Miro Teixeira, e outros companheiros do PDT, fizeram uma consulta ao Supremo Tribunal Eleitoral, no sentido que ficasse esclarecido a todos nós brasileiros e principalmente a classe política, quais seriam as regras pelas quais poderiam ocorrer as coligações a nível nacional e a nível de Estado como o nosso Paraná. Solicitação esta feita

àquele órgão e resposta através de uma votação na qual toda a Nação hoje tem conhecimento através dos órgãos de divulgação deste país de que as coligações feitas a nível nacional seriam elas estendidas a nível estadual.

Diversos Estados do Brasil como o nosso Paraná, diversos partidos políticos fizeram com que esta consulta feita pelo PDT tivesse ela a ressonância de diversas maneiras pelas quais a imprensa tem procurado os líderes partidários desta Casa e deste Estado para saberem dos seus pronunciamentos.

Nós, do PDT estamos tranquilos. A lei pela qual a próxima eleição irá fazer com que ela seja cumprida por determinação do Supremo Tribunal Eleitoral nos dá condição pela qual nós podemos dizer que aceitamos o que aquela corte realmente definir. O nosso candidato, senador Álvaro Dias, tem procurado de todas as formas possíveis, e este Paraná é testemunha de não agredir ninguém e não fazer com que a porta do PDT seja fechada para alguém que com boa intenção, com clareza de procedimento venha a nós somar para fazer com que o Paraná tenha de volta no Palácio Iguaçu um homem de interesse da família paranaense e não um homem a favor de pequenos grupos. Álvaro Dias, desde a primeira ocasião, quando ao ingressar no PDT, dizia que se tivesse um nome melhor que o seu ele estaria fazendo com que fosse somado este nome às suas forças e principalmente à sua presença político-partidária no PDT.

Nós, num consenso, através dos filiados, da direção, optamos pelo nome de Álvaro Dias como o nosso candidato a governador, e ele desde aquele dia tem tido o mesmo procedimento ético de não agredir a quem quer que seja e dar oportunidade àqueles que realmente desejam o bem do Paraná.

O que nós vemos hoje? Se esta regra for mantida, o Paraná terá no Álvaro Dias a mesma postura com a soma-tória daqueles que virão conosco, mas outros partidos terão a dificuldade de eleição, porque o procedimento, se for feito a nível nacional, não terá aqui no Paraná a ressonância devida e o equilíbrio para fazer com que forças totalmente antagônicas viessem agora somar-se num mesmo palanque.

O nosso candidato aí está posto, as regras nós obedecemos e acreditamos que o que for melhor para o Paraná será realmente a escolha feita pelo povo através do candidato que melhor proposta apresente e que respeite as leis eleitorais a nível nacional.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero dar continuidade ao pronunciamento feito pela deputada Luciana Rafagnin. Ela falou no Pequeno

Expediente e eu tive vontade de fazer um aparte, então, me inscrevi com esse sentido.

Estamos acompanhando o trabalho feito pelo presidente da CPI do Leite, deputado Orlando Pessuti e pelo relator, Cezar Silvestri e por todos os deputados que compõem aquela CPI. A questão do leite é muito mais relevante do que possa parecer no primeiro momento.

A cadeia produtiva do leite e o reflexo que tem em toda a economia do município é muito grande, principalmente nos pequenos municípios do Estado do Paraná. Sabemos e já falamos nesta tribuna, que às pequenas cidades - como é o caso do meu município, São Miguel do Iguaçu e da maioria dos municípios produtores de leite - o reflexo que têm na economia do leite e no comércio, é fundamental.

No interior, o comércio tem, normalmente, três dias onde há um movimento maior. É o dia que a prefeitura paga, que os aposentados recebem e o produtor recebe também pelo produto que entrega. Normalmente, é um momento de alegria e de felicidade, o dia em que recebem pela produção do leite. Essa realidade, hoje, não podemos mais assistir nos municípios produtores de leite.

Para vocês terem uma idéia, das sete audiências públicas que fizemos no Estado do Paraná: Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão - município da deputada Luciana Rafagnin, Cascavel, Maringá e Londrina, hoje fechamos esse roteiro de audiências públicas, aqui em Curitiba. Das sete audiências públicas, uma coisa ficou clara e bem definitiva: o que precisamos ter nesse País é uma política do leite, porque é uma questão social.

O leite, hoje, está em primeiro lugar na cadeia social do País. Temos outros produtos, como é o caso da laranja, do café, que tem o PIB mais ou menos equivalente ao do leite. Mas o reflexo social, hoje, é o leite. Um litro de leite, na embalagem longa vida, custa aproximadamente R\$1,00 no supermercado. Tomamos os depoimentos feitos na CPI do Leite, que 20%, ou seja, R\$0,20 desse R\$1,00 é relativo a impostos municipais, federais e estaduais. 27%, ou seja, R\$0,27 é o custo da embalagem do leite longa vida. R\$0,20 representam algumas coisas que os supermercados cobram de uma maneira até ilícita, que é o caso do rapel, do enxoval, do repositor, que tem que comparecer no supermercado. Isso tudo dá R\$0,67 e sobram R\$0,33 para o produtor e para a empresa que produz o leite.

Estamos empenhados. A CPI do leite está fazendo um trabalho muito sério. Quero homenagear todos os deputados, aqui, que vêm participando com a gente. E dizer que, se depender da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, teremos, no País, uma política firme e forte para o setor leiteiro.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Algaci Tulio, membro como nós, da Comissão de Educação, fez um registro da reunião da Comissão Permanente de Educação, no sentido de fazer uma avaliação do projeto de autonomia das universidades que está tramitando nesta Casa. É oportuno que esta Casa, especialmente em função do quadro e do momento em que vivem as universidades estaduais, especialmente a de Londrina, de Maringá e a de Cascavel, que façamos desta Casa um estudo profundo das dificuldades e das expectativas que tem o setor em relação a financiamento, à autonomia e à própria gestão dos recursos que são destinados a este setor.

O Governo do Estado encaminhou para esta Casa o projeto de lei que destaca 9% dos recursos arrecadados com o ICMS para o financiamento do setor de 3º grau.

O que nós precisamos ter em mente, muito claro, é que o projeto de autonomia não pode ser confundido, de forma alguma, com a questão do término da greve. Não é com projeto de autonomia que nós estaremos pondo termo à greve. O projeto de autonomia deve ser uma postura de relação entre o Estado e as universidades. Portanto, não devemos aqui aprovar no afogadilho, não devemos simplesmente num rolo, impedir que ele seja discutido. É o que eu espero e inclusive solicito aqui, na condição de líder do Governo, deputado Ademar Traiano, que discuta com seus pares.

A universidade não pode, nós não podemos apenas estar legislando para que seja resolvido o problema desta greve. A autonomia não deve ser vista com este fim, mas deve, sim, ser encarada como uma solução definitiva para os graves problemas.

Em 2000 houve greve na universidade; em 2002 estamos há 164 dias! O que precisa, e nós torcemos e nos colocamos sempre à disposição para esse entendimento, é que haja um consenso entre o governo e o comando de greve e que possa ter fim, deputado Nelson Tureck.

Agora, a autonomia é a atitude muito mais além, que nós teremos que encaminhar. Ela deve ser encarada como uma forma de resgate desses momentos de atritamento que constantemente o 3º grau tem tido com o governo do Estado, e na pessoa do relator designado, deputado Antonio Belinati, também apelamos - tenho certeza que também esta é a posição do relator, de que possamos fazer audiências públicas no Paraná, não para protelar a decisão do governo, porque ela não deve ser atrelada à autonomia, mas que esta autonomia possa, no futuro, evitar os dissabores que hoje nós vivemos no 3º grau.

A reunião hoje com a Comissão Permanente de Educação e mais os setores envolvidos, na minha avaliação, teve uma postura muito boa, vai permitir que nós possamos aprofundar essa discussão, e na sequência dela saia um projeto de lei em que a Casa possa sair fortalecida, e ela não vai atender apenas ao governo presente,

mas com certeza vai, sim, estruturar o setor do 3º grau para que não tenhamos mais nenhuma dificuldade.

Estas são as colocações que desejo fazer no Pequeno Expediente, e aproveito, senhor presidente, para fazer o registro da presença do prefeito de Sertãoópolis, Reinaldo Reis, e o diretor do SAE, ex-vereador Luiz Carlos Almeida que se faz presente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, de fato estamos hoje todos perplexos com essa decisão emanada do Tribunal Superior Eleitoral.

Disse um presidente francês certa vez, que esse país não é sério, e se nós pararmos, vamos verificar que efetivamente esse país não é sério. Acontece cada coisa que mais parece do “arco da velha”.

De repente, numa véspera de eleição, já os partidos que se afinam, perfilados, a Suprema Corte Eleitoral desse país inventa moda, inventa histórias e “procura chifre em cabeça de cavalo”.

Falo em meu nome pessoal, senhor presidente, para demonstrar aqui a minha insatisfação com essa decisão da Justiça Eleitoral do Brasil, que querendo, goela abaixo colocar aqui, nos Estados deste país, aproximar pessoas que não pensam igual, querendo aproximar idéias que não são iguais, comportamentos, ações, querendo esculhambar com a ética e com a coerência da vida pública.

Eu, particularmente, vou falar, sim, como disse o líder das Oposições, da verticalização das coligações. Afinal de contas, nos estatutos dos partidos políticos, especificamente do PMDB, existe uma cláusula que diz que o PMDB é um partido nacional. Agora, o que não pode ocorrer, é uma verticalização na véspera das eleições.

Ora, aqui no Paraná, nós do PMDB temos aí um encaminhamento, uma conversa com partidos da esquerda, com o PT, o PPS, o PV, o PC do B, o PL, e com o PDT, como que de repente, num piscar de olhos, nós aqui vamos direcionar a nossa posição política!

Por isso é que aquele presidente francês não estava errado quando disse que este país não é sério. É como mudar a regra de futebol, na véspera de uma partida, de um atletiba, aonde o árbitro diz: “toda a falta no meio campo é pênalti para o Atlético”.

Senhor presidente, manifesto o meu inconformismo e a nossa esperança de que esse golpe contra a democracia, essa atitude esdrúxula, o governo querendo ganhar as eleições no tapetão, seja alterada no Congresso Nacional ou pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Hoje pela manhã, liguei para o deputado Michel Temer, presidente do meu Partido, o PMDB, e perguntei-lhe qual seria a decisão do PMDB em razão desse aten-

tado à democracia brasileira. Ele disse que faria uma reunião hoje, com a Executiva do PMDB e, provavelmente amanhã ou depois, o PMDB e os demais partidos do Brasil, estarão entrando com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para reverter essa posição. Se isso não bastasse, irão elaborar um decreto legislativo para revogar esta resolução emanada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O que não me conformo, deputado Elio Rusch, é que o Poder Legislativo existe para legislar, o Poder Judiciário para zelar pelas leis e não cabe ao Poder Judiciário inventar leis, interpretá-las da maneira como querem!

Por isso, temos que rever essa decisão, que no meu entendimento é uma afronta à democracia brasileira, é um golpe, é esdrúxula, e afeta o sistema democrático deste País. O PMDB vai ter candidato a governador, em qualquer circunstância, desta forma, daquela forma, de outra forma, o PMDB do Paraná terá candidato a governador! Já temos o nosso candidato a governador! E desta posição não abrimos mão e quem quiser vir somar conosco, iremos apresentar ao Paraná uma nova idéia, um novo projeto, um novo programa para recuperar e salvar o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, com a palavra o senhor deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente e senhores deputados.

Trago à tribuna nesta tarde uma questão que tivemos a oportunidade já no ano passado de abordar algumas questões de conflitos existentes na Região Metropolitana. Onde naquela oportunidade denunciávamos desta tribuna, que o cartel das funerárias do município de Curitiba, em conlúio com o serviço público municipal de Curitiba, faziam pressão procurando aí exigir ou pressionar famílias da Região Metropolitana, para que seus funerais fossem feitos obrigatoriamente pelos serviços dessas 21 permissionárias de Curitiba, que na verdade se resumem a 5 ou 6 proprietários, famílias que são donas, praticamente, de todas as funerárias do município de Curitiba.

Ora, senhores deputados, esta questão, que foi abordada por vários deputados, e tivemos na época inclusive manifestação da Promotoria de Investigação Criminal - PIC, da Polícia e desta Casa em relação a tantas questões, onde foi exigido força policial para liberar os corpos do IML. Felizmente está mais calmo, mas não resolvido.

Tivemos em Curitiba, na Câmara Municipal, a constituição de uma CPI que buscava investigar os serviços funerários de Curitiba. E realmente saiu um relatório no final do ano, relatório esse que exigia juntamente com a promotoria a urgente necessidade da formação de uma concorrência pública de forma a regularizar e legalizar os

serviços atualmente concedidos pelo município de Curitiba ao grupo privilegiado de funerárias.

Ora, senhores deputados, venho a esta tribuna hoje, para aqui, manifestar a minha indignação. E tenho certeza que esta Casa, de forma nenhuma, poderá permanecer calada, omissa. Chamo aqui a atenção dos senhores deputados e da imprensa, porque não é possível que nós que representamos o voto popular, que representamos o interesse do cidadão de todo o Estado do Paraná fiquemos aqui calados, passivos, assistindo um ato de imoralidade. Uma verdadeira vergonha que se manifestou recentemente, quando no dia 6 de fevereiro prefeito Cassio assinou o Decreto 06/2002, corrigindo o preço dos serviços funerários em até 227%. Infelizmente, não vimos, no meios de comunicação, um debate mais profundo em relação a esta questão. E com certeza o povo curitibano não lê o diário oficial do município de Curitiba, deputado Nereu Moura. Com certeza o cidadão curitibano ainda não teve a condição de saber o quanto vai ter que pagar de aumento de preço na hora que ele tiver que fazer o sepultamento de um ente da família e que, com certeza, estará com a sua condição psicológica muito abalada e não irá discutir a condição desse aumento absurdo, abusivo. E venho a esta Casa, onde estamos encaminhando vários requerimentos com esta denúncia vergonhosa, para que seja encaminhado ao órgão de defesa do consumidor - PROCON, para que seja encaminhado, ao Ministério Público, à Procuradoria de Justiça, juntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, presidida pelo deputado Sérgio Spada.

E acho que esta Casa, apesar de dizer a Constituição que é competência exclusiva do município regulamentar, legislar os serviços públicos de interesse local, como diz o artigo 30 inciso 5º. Estamos aqui não querendo legislar, mas denunciando um aumento abusivo, imoral, desse serviço tão importante ao nosso povo!

Realmente dá uma indignação profunda, senhores deputados, quando vemos um cidadão humilde, que, no intuito de fornecer um sepultamento decente a um ente querido, que até então pagava por uma urna funerária o valor de 181 reais, passe e seja obrigado a ter um aumento de 227%. pagando, agora, 594 reais e 50 centavos. Ora, de 181 para 594, isso como diz o Boris Casoy: 'É uma vergonha"! Não é possível que as funerárias comprovem um aumento de custo e não obstante a imprensa ter divulgado que o serviço funerário teve um aumento de 130% - de 94 até o período. Com certeza não há o que justifique. E eu tive a curiosidade, senhores deputados, de ver quanto realmente custa esta urna que é vendida por este preço absurdo. E quando fomos aí e pedimos até um fax para uma empresa que revende essas urnas, qual foi a surpresa de saber que urnas que são adquiridas pelas funerárias pelo valor de 80 reais, deputado Vanhoni, são comercializadas na ordem de 600, 800 reais! Realmente isto não é possível! É um caso de polícia que nós aqui, desta tribuna, temos que denunciar, porque se esta Casa não tem o dever de denunciar as arbitrariedades, as imo-

ralidades no serviço público, com certeza nós não estamos aqui revestidos do direito do voto popular, para protestar, para lutar e para denunciar os abusos que vêm em cima do contribuinte, do consumidor e que não tem como questionar!

Quero crer que nenhum cidadão, na hora que for adquirir ou solicitar os serviços funerários, tenha condição moral, psicológica, senhores deputados, de pedir um desconto, de questionar o preço da tabela, porque quando a Constituição Federal em seu artigo 30 deu essa competência ao Poder Público, ela quis proteger exatamente o cidadão e não proteger o cartel das funerárias, as empresas que, com certeza têm meios para se defender da pressão econômica!

Quero crer e não vejo aqui justificativa, que não é possível que o prefeito Cássio Taniguchi tenha assinado um decreto que aumenta abusivamente, de forma imoral, um serviço tão importante à nossa gente! Não é possível que ele tenha feito isso em sã consciência! A menos que ele tenha, com certeza, entendido que o povo de Curitiba está ganhando muito bem, está sobrando dinheiro! Quero crer, até, que num momento eu quis imaginar e vendo o prefeito Cássio indo para a prefeitura e do seu veículo, do seu Ômega, ele tenha avistado um menino humilde, pedindo esmola, e na curiosidade de saber de onde vinha aquela criança, aquele pedinte, num sinaleiro de Curitiba, ele abaixo o vidro e pergunto quem era essa criança, talvez ele falasse: "Olha, senhor prefeito, eu sou filho de um proprietário de funerária de Curitiba; estamos na miséria porque a prefeitura está nos impondo uma carga pesada, está exigindo que nós vendamos, que nós forneçamos urnas, façamos o serviço funerário a um preço inferior ao que custa efetivamente. E nós estamos com um lucro negativo e tivemos que vender a casa, o carro e cá estou eu, pedindo esmolas para sobreviver"...porque não é possível que um prefeito tenha compaixão ou tenha condição de aumentar um preço em mais de 227% de um serviço que comprovadamente está nas mãos de um cartel de funerárias que estão com lucros absurdos, com lucros de até 800%, quando você considera o preço do caixão e o preço de revenda!

Infelizmente, apesar da pressão popular, apesar da manifestação da Promotoria Pública, apesar dos vários incidentes que tivemos, infelizmente nós vemos hoje a população de Curitiba sendo massacrada com aumentos exorbitantes que certamente vão engordar as fortunas que compõem o patrimônio dessa meia dúzia de famílias, dessas 21 funerárias que hoje controlam o cartel, a máfia das funerárias, aqui em Curitiba.

Tenho certeza que a Câmara de Curitiba não poderá ficar calada perante tal ato, e se formos investigar e até quebramos o sigilo bancário dessa funerárias, veremos que o preço que elas estão pagando é muito pequeno pelo que estão vendendo os serviços. E a Prefeitura de Curitiba não pode, ao invés de ser a defensora do interesse do cidadão, ao invés de proteger a população, vir aqui defender os interesses de um grupo seleta, que hoje,

milionários, desfilam e tentam manter, a todo custo, os serviços em suas mãos.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Strapasson, V. Exa. aborda um assunto de importância; eu não tenho essa estatística, talvez V. Exa. tenha, de quantos óbitos ocorrem em Curitiba, por dia. Mas se V. Exa. não tem esta estatística não vem ao caso, o fato é que aumentar dessa forma, nessa magnitude os serviços funerários é, na verdade, uma violência, um assalto contra a economia popular.

Aliás, falando em economia popular, aqui em Curitiba virou moda aumentar o preço dos serviços da alçada da administração municipal, não é o serviço funeral que V. Exa. traz a esta Casa, com preocupação, porque V. Exa. é um deputado que tem uma atuação forte aqui em Curitiba e na região metropolitana, mas o IPTU, progressivo, que também aumentou abusivamente e outros encargos municipais como o serviço de transporte coletivo, enfim, tudo aumenta aqui em Curitiba, além da inflação.

Deputado Strapasson, em relação a este caso, eu achei um abuso o índice que V. Exa. relatou aí, de aumento dos serviços funerários. Se a Câmara não tomar providências nós mesmos poderemos tomar: poderemos entrar com uma ação popular contra a Prefeitura de Curitiba. Eu me proponho a colaborar com V. Exa. para que nós acabemos com esta festa! Como disse V. Exa., a festa é de poucos e a desgraça de muitos, sobretudo dos miseráveis, daqueles que não têm dinheiro para comprar a urna funerária, daqueles que não podem fazer a despedida decente para um ente querido, para um familiar, vai resultar na alegria de poucos proprietários de funerárias.

Então, V. Exa. conte com minha solidariedade e disposição e a do meu Partido, PMDB, que junto com V. Exa., que é companheiro de partido, entrarmos com ação popular contra a Prefeitura, para brecarmos este aumento abusivo que ela deu aos donos de funerárias.

O SR. EDSON STRAPASSON

Gostaria só de fazer uma colocação: o cidadão humilde de Curitiba, hoje, para que ele não tenha condições de ir solicitar como indigente a urna gratuita, ele não pode morrer mais, porque a urna para gordos, que é uma urna especial para pessoas obesas, que era um preço anteriormente, a de referência 7 CG, que custava R\$306,26 passou para R\$804,10. Um aumento de 162%! Esta urna que custa na fábrica, só o caixão, em si, por R\$82,00, e é vendido por R\$804,00!

Então, é evidente, senhores deputados, que quando se questiona preços, especialmente tarifas em serviços públicos, tem que se levar em consideração qual o custo dessa empresa que pratica o serviço. Agora, não é possível que o cidadão que tenha que pagar o serviço funerário, que é competência municipal, seja sobretaxado com aumento desta forma.

Concedo aparte do deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Deputado Strapasson, talvez V. Exa. não tenha cometido um erro, mas no Jornal do Meio Dia da CNT, os deputados Algaci Tulio, o Takayama, o Marcelo, debateram com vários entrevistadores no ar o preço exorbitante do sepultamento. E me chamava a atenção naquela oportunidade que uma senhora teve que pagar seis mil reais para sepultar um ente querido. E convoco, aqui, o testemunho do deputado Algaci Tulio, que fez um comentário importante neste debate, naquele momento. A Rede Globo também, no Paraná TV mostrou uma série de preços exorbitantes a respeito do sepultamento de entes queridos, e a maioria das pessoas, deputado Strapasson, não tem condições financeiras para arcar com esse tipo violento nos valores para sepultar um ente querido.

E V. Exa. disse algo mais aí: sobre as crianças nas ruas. Eu estou apavorado com o que estou vendo este mês na Capital do Estado. Falo da Capital porque fiz vinte mil votos, na Capital e mais oito mil na região metropolitana. Falo em nome dos meus eleitores: em cada esquina que V. Exa. passa, tem uma mini-quadrilha de pessoas dizendo ser aidéticos. Mentira! Você passa numa outra esquina e tem uma pequeninha quadrilha dizendo que são dependentes de drogas. Mentira! Na primeira eu passei e falei: “um momentinho, eu vou voltar com a polícia para saber se você...”Primeiro, eu pedi isso se, eles tinham um atestado dizendo que eram aidéticos. Quando voltei, com a Rone, já tinha todo mundo desaparecido. Na outra, eu perguntei: “vocês estão internados para se salvar da dependência”? Quando voltei, também tinham desaparecido. Tem senhoras, deputado, que usam crianças para pedir esmola!

Curitiba está, em cada esquina, com grupos pedindo esmolas. Se não bastasse, tem determinados elementos que com chiclete eles olham dentro do carro e olha o que ele tem, aí ele coloca o chiclete na porta do carro. No terceiro sinaleiro outros vêm o chiclete e aí colocam a máquina na cara da sua senhora e levam tudo que tem dentro do carro!

São quadrilhas especializadas e eu não entendo: passa eleição, entra eleição, todos os candidatos, com o devido respeito, no primeiro programa dizem: quando eu for eleito, vou acabar com os menores de ruas, se eleito for, Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e todas as cidades do Paraná, eu vou tirar os menores das ruas. Passa a eleição. Tiraram da rua e colocaram em cima da calçada para não serem atropelados.

Quer dizer, deputado Nereu, deputado Neivo, um dia vai ter que ser mudado, presidente, um dia vai ter que ser mudado, eu não quero culpar os governos anteriores, nem o senador Requião, nem Álvaro Dias, nem Jaime Lerner, nem os futuros candidatos que vão disputar a eleição agora, isso é um problema que vem lá de cima, lá que tem que se criar vergonha na cara!

Nós temos que fazer leis em Brasília que realmente se aplique na área da cidadania e da justiça

social porque é uma aberração hoje a máfia das funerárias, não só em Curitiba, mas em Maringá, no sudoeste, em Campo Mourão do deputado Tureck, mas quando o deputado Waldyr Pugliesi na sua cidade, quando V. Exa. era prefeito, nenhum pobre pagava para ser sepultado, nenhum!

O senhor tinha a cara limpa, honrada, o senhor fez uma das grandes administrações. Não é à toa que V. Exa. transformou Arapongas num dos maiores pólos industriais do norte do Paraná. Agora eu espero que Brasília, nesta nova Constituição e que os candidatos ao governo, seja quem for, Álvaro Dias, Roberto Requião, Ângelo Vanhoni, que ainda poderá sair candidato a governador, Beto Richa, Irineu Colombo, enfim, todos, pelo amor de Deus, que não venham com esta cascata na televisão: “se eleito for vou tirar os pobres das ruas, se eleito for, vou acabar com a máfia das funerárias”.

Ninguém agüenta, deputado Strapasson!

Parabenizo V.Exa. Saí do meu gabinete, uma pena que não saia deste concreto armado, fica aqui dentro, mas eu espero que alguém leve à Brasília e que realmente lá os deputados federais, que fazem a constituição-mãe do meu país, que fazem o Hino Nacional, a bandeira do meu país, realmente mudem a situação da cidadania e da justiça social.

Muito obrigado, é um desabafo, uma ajuda ao discurso que V. Exa faz e muito bem, na tribuna deste parlamento.

O SR. EDSON STRAPASSON

Quero agradecer o aparte do deputado Alborghetti.

Queria colocar que a cidadania, que é uma coisa importante, com certeza, o cidadão saber o que está acontecendo e também todos aqueles que exercem cargos públicos, especialmente aqueles que administram os recursos públicos, aqueles que têm em suas mãos o poder de fazer a gestão de um serviço público, que tenham a dignidade, a moralidade, de fazê-lo com transparência.

O que falta é transparência para colocar a esta Assembléia, a cada cidadão deste Estado, à imprensa, quanto realmente custa cada serviço: a urna, o transporte, os ornamentos. Apesar de sabermos que qualquer serviço à parte é cobrado além disso, esse é o preço básico do serviço de urna, mais o acessório principal e o transporte interno.

É evidente que o prefeito poderia até aumentar os preços de acordo com uma planilha de custos transparente, não na surdina, como se diz, publicado no Diário Oficial do município de Curitiba um aumento de até 227%, quando vivemos uma economia estabilizada, sem falar quanto custa e por que aumentou.

Silenciosamente, deram realmente mais uma condição de esse grupo seletivo de funerárias continuar explorando o dia-a-dia num momento difícil de cada cidadão de Curitiba.

O Sr. Neivo Beraldin

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Strapasson, muito obrigado pelo aparte.

Faz bem V. Exa. vir à tribuna e revelar esse aumento abusivo e que revolta a todos nós.

Porém, é oportuno lembrar que temos uma Constituição Federal, uma Constituição Estadual, inclusive uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que é rasgada todos os dias.

O que estão fazendo aqueles que efetivamente têm a obrigação de defender o povo? O que estão fazendo os vereadores de Curitiba, que aceitam um aumento desse tamanho?

Vem o prefeito e aumenta o valor venal dos imóveis. Quem é que deu autorização para aumentar o valor venal dos imóveis de Curitiba? Foi a Câmara de Vereadores de Curitiba! Não fosse isso, o IPTU não teria sofrido um aumento!

Ocorre que está havendo uma distorção de função. Muitas vezes, se elege porque é simpático, é um denunciante, é um demagogo. Temos que efetivamente colocar o Legislativo Municipal, Estadual e Federal, dentro do trilho, que é o trilho de defender o povo. Para isso é que o legislador recebe essa delegação, para vir aqui e falar em nome do povo! Aqui é a Casa do povo! Não só aqui como as Câmaras, como a Câmara Federal, enfim, todos os eleitos.

Ocorre que há um desvio de função. Se fôssemos fiscalizar com rigor e competência o que o Governo gasta em publicidade e propaganda, não teríamos, quem sabe, centenas e milhares de pobres ou de pessoas passando fome, com problemas de segurança pública, com problemas de qualidade de vida mais condizente com a nossa realidade humana.

Deputado Strapasson, mais uma vez quero reafirmar uma experiência que tenho tido ao longo dos vinte anos de mandato popular: falta ao Poder Legislativo maior vigor, porque ele tem a delegação total. Temos no Brasil um regime presidencialista, porém, a Constituição é parlamentarista. Temos que regular.

Para citar um exemplo, no nosso campo, não conheço a planilha de custo que elabora o valor da passagem de ônibus intermunicipal, que é de nossa competência; nós é que temos que aprovar o regulamento para o transporte coletivo intermunicipal. No entanto, assistimos aqui, poucas vezes reclamando que se o cidadão quiser ir para o litoral, deve embarcar na Graciosa; se ele quiser ir para os Campos Gerais, é a Princesa dos Campos, se ele quiser ir para o Norte é a Garcia e Sulamericana para o Oeste.

E o que é que nós fazemos? Ficamos aqui, em poucas palavras, como diz o deputado Alborghetti, “aqui não tem janela.” E infelizmente, a grande empresa também não dá a cobertura necessária para o Poder Legislativo, que é o que representa o povo.

No entanto, é o que não tem o dinheiro para repassar para propaganda e marketing. Mas nós poderíamos, efetivamente, fiscalizar com rigor o governo, porque não podemos aceitar que em um único ano, o Governo possa ter gasto R\$134.000.000,00 de publicidade e propaganda!

Vejam, nós estamos diante de uma situação que é mais do que evidente, só não vê quem não quer!

O mais fácil, é como disse agora há pouco um cidadão: “Feliz é o chacreiro, porque não sabe o que se passa”.

Muito obrigado deputado Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Agradeço o aparte do deputado Neivo, e realmente, muitas vezes o Poder Legislativo reclama da falta de um poder maior perante a administração pública, mas esquece muitas vezes, que o Parlamento, onde deve se debater e discutir, tem o poder e ele pode exercê-lo ou abdicar! E aí, isso que infelizmente vemos nesse Brasil: O Poder Legislativo abdicando, não do direito, mas do dever constitucional de fiscalizar e exigir que o dinheiro público, que a administração pública, seja feita dentro dos princípios de honestidade, moralidade e transparência.

Acredito que vou usar o horário do PMDB.

O Sr. Ricardo Chab

Me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Strapasson, eu estava ouvindo atentamente, alguns pronunciamentos, inclusive dos nossos colegas, e quero aqui na verdade, enaltecer a posição hoje nesta Casa, com relação a alguns pronunciamentos que foram feitos.

Com relação à questão da majoração, do aumento das urnas funerárias que desconhecem o assunto, que há em Curitiba uma guerra declarada entre os chamados “fundos” e as funerárias.

Os fundos não teriam, pelo menos é essa a informação do Poder Público Municipal, a autorização, o alvará para exercitar o trabalho em Curitiba.

Então, eles montaram as suas empresas na Região Metropolitana de Curitiba.

E o que é o fundo, na verdade? É na verdade, uma captação de recursos, é como se, de uma maneira pejorativa, se fala o “consórcio do caixão de defunto”.

Na verdade não é um consórcio: eles saem vendendo, mas vendem, vamos supor, para uma família. A cobertura para funeral para 5 ou 6 pessoas. Eles vendem lá por R\$16,00, R\$12,00, enfim, não vou nominar valor, porque conheço o valor nominal para cobertura, de cinco, quatro pessoas, caso venham a falecer.

Bom, há toda essa estrutura de venda, só que na verdade esses fundos, não detêm o alvará para funcionar em Curitiba!

Vejamos bem, o que está acontecendo, para que todos possam entender: A funerária, que são cinco ou

seis proprietários de todas as funerárias, e aí fica evidenciado o monopólio, isso é claro, as funerárias, quando há uma morte, elas emprestam o camburão para o médico legal, o funcionário do médico legal, a funcionária do hospital, de qualquer uma delas, aquela assistente social que ali está, na verdade é servidora, é funcionária de uma funerária, não é funcionária do hospital, porque é convênio do hospital com a funerária há um convênio do hospital com a Central de Lutos.

Então, o que está acontecendo, é uma guerra.

Na verdade, houve a majoração do preço de trezentos e tantos por cento na urna mortuária em Curitiba, exatamente com o objetivo de acabar com o fundo.

Mas esqueceu-se que há aqueles consumidor que não compra o fundo.

Então, na verdade, penalizaram o dono do fundo, mas acabaram com o coitado do consumidor.

Então, só para poder explicar, para que todos possam entender a guerra declarada em Curitiba, entre fundos e funerárias, inclusive, recebi a visita no meu gabinete ontem, da presidente dos Fundos. Ela esteve lá conversando comigo, e ela quer que se dê um esclarecimento, inclusive pede para que a Assembléia passe a discutir isso, porque houve uma CPI na Câmara Municipal de Curitiba e de repente a coisa não avançou.

Tanto não avançou que tão logo concluiu-se a CPI, houve um aumento de 320%! Então, ela pediu envolvimento inclusive da Assembléia e eu lhe disse que ela tem, lá no seu Sindicato ou na sua Associação, toda uma estrutura jurídica e ela poderia trazer o que eles querem previamente escrito, e como o senhor faz parte da nossa Comissão, da Comissão de Segurança, em que pese esse assunto não estar pertinente à nossa Comissão, mas nós podemos passar à Comissão de Direitos Econômicos aqui da Casa, ou seja, de Defesa do Consumidor, para que possamos ampliar a discussão.

Há que se regulamentar isso em lei estadual: o que é Fundo, é Fundo; o que é funerária, é funerária! Olha! Você quer ver uma colocação, parece até macabro dizer, irônico dizer, mas não é: em alguns países que o cidadão tem um parente doente, ele vai não em uma funerária, ele vai em um supermercado onde se vende a urna mortuária, onde ele compra o adorno que ele quer, enfim, ele compra esse adorno e guarda em casa ou onde quiser, aí há a morte do ente querido e ele contrata o serviço da funerária apenas e tão somente para sepultar.

O que acontece em Curitiba e nas grandes cidades? Ora, você é obrigado a sepultar o ente querido com aquela determinada empresa! Você não pode optar! Então, espera um pouquinho! Massacra-se, tira-se o direito número um, de livre escolha do consumidor!

Então, nós temos que ampliar esta discussão. Acho que de repente há uma guerra comercial. Está estabelecida a guerra comercial. Nós temos de um lado os fundos, que por sua vez não tem autorização para realizar sepultamentos, e esses Fundos, na sua maioria, se instalaram na Região Metropolitana de Curitiba. É só o senhor fazer

as contas, fazer o levantamento, se quiser eu tenho um levantamento e naturalmente posso colaborar. Então, estou colocando isso no sentido de explicar para este Plenário que há uma guerra muito grande: de um lado a prefeitura que impõe a condição: não, você é obrigado a sepultar com o “fulano de tal”. Ora, espera um pouquinho! E hoje o que é o seguinte: o Fundo vendeu a urna, o pacote por R\$100,00 e hoje a mesma urna já foi para R\$700,00.

Então, para se acabar com o Fundo, esqueceu-se do povo e está acabando com a população. Só a título de esclarecimento.

Muito obrigado deputado!

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado, deputado Ricardo Chab! Eu queria fazer só uma colocação que eu não tive a oportunidade de conversar com ninguém relativo à questão do Fundo e que, evidentemente, se existe...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu solicitaria ao deputado Edson Strapasson, que encaminhasse para o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON

Exatamente.

Vou concluindo, senhor presidente, e nessa questão do Fundo, evidentemente, há uma divergência, um conflito e eu acho que a Prefeitura de Curitiba poderia, através da Câmara Municipal, resolver a “parada”, deputado Pugliesi, fazendo com que essa guerra econômica entre as funerárias de cá ou de lá, revertesse em benefício do cidadão.

É simples. É só abrir uma concorrência pública honesta, para que o consumidor final, o usuário seja beneficiado e acabe definitivamente com isso. Por que isso não acontece é uma pergunta que deverá se fazer ao prefeito de Curitiba que, com certeza, teve todas as orientações e pressões para que isso acontecesse. Se não aconteceu, entendemos que aqui devemos usar o nosso poder de representação para pressionar, denunciar e debater estas imoralidades da Administração Pública de Curitiba ou de qualquer outro local do Estado do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo e Liderança das Oposições.

(**Declinam**)

O deputado Nelson Tureck registra a presença da vereadora do município de Goioerê, senhora Maria de Lurdes, bem como do presidente da APAE, doutor Nelson Teixeira, e ainda o chefe do Núcleo da Educação de Goioerê, José Lopes.

Sejam todos bem-vindos.

Encerrando o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o governo do Estado a instituir o Programa “Kit de Material Didático Escolar”, para o ensino fundamental da rede pública estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE. EMENDA DE PLENÁRIO FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 506/99

P A R E C E R :

A emenda em análise apresentada pelo deputado Durval Amaral ao Projeto de Lei nº 506/99 de autoria do nobre deputado Tony Garcia, tem por objetivo adequar à técnica legislativa o referido projeto de lei, conforme dita a Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1988, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal, objetivando ainda a presente emenda sanar a incompatibilidade de natureza autorizatória, porque na medida em que determina providências administrativas, invade competência exclusiva do Poder Executivo.

Portanto apresentamos, parecer favorável à emenda em tela, merecendo a mesma a deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Ademar Traiano, Carlos Simões, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Sérgio Spada.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre inutilização de lotes de medicamentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12204, de 06 de julho de 1998, (Substituição da frota do Estado). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **O projeto retorna à CCJ.**

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 101/2001

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 101/2001 tem por objetivo alterar a redação da súmula e dos artigos 1º e seu parágrafo único, 3º e 4º, conforme redação a seguir:

Art 1º - Qualquer forma de locação ou aquisição de unidades automotivas, para prestação de serviço ao Poder Público Estadual, salvo quando se tratar de veículos produzidos neste Estado, deverá ter como objeto, veículos movidos a combustíveis renováveis.

§ 1º - Os veículos automotores, cuja carga útil seja superior a 1.000kg, poderão ser movidos a qualquer tipo de combustível existentes no mercado, aplicando-se toda via e preferencialmente aos mesmos, as disposições contidas no *caput* deste artigo.

§ 2º - O prazo para substituição integral da frota e serviço do Poder Público Estadual, fluirá até que se proceda o efetivo recolhimento, por inservibilidade, desnecessidade ou substituição dos veículos em atividade.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto nesta lei, os veículos movidos a combustíveis renováveis, locados ou adquiridos independente da fonte de recursos, ou através de incentivos físicos ou qualquer outro tipo de sub-

venção econômica, destinados à substituição da frota de veículos a serviço da administração estadual, deverão possuir qualidade no mínimo similar a dos modelos equivalentes movidos a combustíveis derivados de petróleo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Chico Noroeste, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Necessária a Emenda Substitutiva Geral para efeito de correção de técnica legislativa a adaptação do projeto de lei às necessidades administrativas e disponibilizando no mercado de veículos dos diversas portes utilizados no serviço público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 101/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, visa alterar os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998 (substituição da frota oficial do Estado).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Duílio Genari, Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Tiago Amorin Novaes, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães, Moysés Leonidas, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores de Santo Antonio, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede e foro no município de Roncador-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Nova Aratiba, com sede e foro na cidade de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2000, de 21/08/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 153/2000, de 07/11/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 370/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, dispõe sobre a instalação de equipa-

mentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 370/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Edson Strapasson, o presente projeto de lei tem por objetivo dispor sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição tem como intenção solucionar um grave problema já que os número de acidentes causados por vazamentos de gás, devido às más condições de instalação, já vitimaram muitas famílias paranaenses.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 370/2000

P A R E C E R :

Relatório

O plano de lei em exame, de autoria do ilustre deputado Edson Strapasson, tem por objetivo dispor sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto teve seu aspecto constitucional e legal estudado pela Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou a matéria.

Conclusão

Assim sendo, chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar em relação ao projeto e pelo acima exposto, entende que a presente proposição tem como intenção solucionar um grave problema que

afeta as famílias paranaenses, devido ao alto índice de acidentes fatais ocorridos em nosso Estado.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente e Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial para capital de giro para pequenas empresas com sede no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2001, de 21/02/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 021/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, visa autorizar o Poder Executivo a criar a linha especial para capital de giro para pequenas empresas com sede no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 021/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Eli Ghellere, que visa autorizar o Poder Executivo a criar a linha especial para capital de giro para pequenas empresas com sede no Estado do Paraná.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator que não existe nenhum impedimento quanto a normal tramitação deste projeto, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(a) ADEMIR BIER
Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 021/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a linha especial para capital de giro para pequenas empresas com sede no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o mérito do referido projeto, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente em exercício
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Cascavel - Adefica, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 225/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Baratter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Físicos de Cascavel - Adefica, com sede e foro no município de Cascavel.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar um ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a União dos Moradores do Bairro dos França, com sede e foro no município de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 315/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União de Moradores do Bairro dos França, com sede e foro no município de Ortigueira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que denomina o prédio da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran do município de Guaraniaçu de doutor Caetano Bernardo Filho. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2001, de 18/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 459/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, tem por objetivo denominar o prédio da Ciretran no município de Guaraniaçu, de doutor Caetano Bernardo Filho.

Em análise à presente proposta, esta relatoria observou, que após realizada diligências junto ao Detran-PR, não existem óbices à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 34/2001, de 26/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 488/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina, com sede e foro em Londrina.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar 1 ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que autoriza do Poder Executivo a ceder em comodato, imóvel situado no município de Matinhos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 160/2001, de 30.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 566/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Cesar Seleme, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel situado no município de Matinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 566/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel situado no município de Matinhos.

Chamada esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização a se manifestar e após ter recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.12.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná. **PARECER**

FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 608/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 608/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Social ao Adolescente, com sede e foro no município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 171/2001, de 20.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 613/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa - Centro de Apoio Social ao Adolescente, com sede e foro na cidade de Apucarana.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando completar um ano de personalidade jurídica.

Preenchido tal requisito, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 615/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de São José dos Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 615/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 619/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a AMAJ - Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI 619/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AMAJ - Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2001, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 174/2001, de 22.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 622/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a AMAJ - Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI 622/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AMAJ - Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Alto do Riozinho, com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 654/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ASPAR - Associação de Produtores do Alto do Riozinho, com sede e foro no município de Farol.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI 654/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASPAR - Associação de Produtores do Alto do Riozinho, com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Comunidade da Fazenda Mazurana com sede e foro no município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 688/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Mazurana do município de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 688/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Mazurana, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 689/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha, com sede em Quitandinha e foro em Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 689/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 689/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha - APAE, com sede em Quitandinha e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 697/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 697/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Farol e foro na Comarca de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 698/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Farol e foro na Comarca de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Regina, com sede e foro no município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 196/2001, de 12/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 708/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Custódio da Silva, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, com sede e foro no município de Araucária.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 237, de autoria da Comissão da Educação, Cultura e Esportes tendo como presidente o deputado Ângelo Vanhoni e membros os deputados Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste e demais deputados, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 238, 240 e 241, de autoria dos senhores deputados Cesar Silvestri e Marcos Isfer, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 222, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 223, 226 e 227, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 224 e 225, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 228, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 229, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 231, 232 e 234, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 233, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Encominhe-se à referida Comissão.**

Requerimento nº 235, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 236, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 245, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ELI GHELLERE (Para Encaminhar)

Faço questão de encaminhar, porque é um assunto que diz respeito a 80% dos municípios do Estado do Paraná. É importante para que esta Casa volte a discutir o assunto da telefonia, depois da privatização. A primeira vez que o deputado Edson Strapasson usou a tribuna e colocou a questão da região metropolitana, onde antigamente tínhamos um prefixo só, tínhamos todas as ligações como se fossem urbanas e, hoje, temos interurbanas.

Trago o caso específico de São Miguel do Iguaçu, que é o município que eu resido, onde tem aproximadamente 22 mil habitantes. Temos cinco códigos diferentes de telefonia, cinco comunidades do interior, que para ligar entre si ou para ligar com a sede, elas têm que digitar 12 números e pagar como se fosse tarifa interurbana. Isso vem inviabilizando também o comércio das localidades do interior e também o uso da internet. Qualquer cidadão que mora no interior do município tem que se conectar com o provedor da cidade, no que inviabiliza, porque ele tem que pagar uma taxa interurbana.

Encaminhei esse pedido ao Procon e fui muito bem atendido. Destaco aqui a figura do Nain Ackel, coordenador do Procon, pelo atendimento que nos deu. Encaminhei também o pedido à Telepar Brasil Telecom, na qual me respondeu que a legislação federal impede que eles coloquem dentro do município o mesmo código interurbano.

Faço um pedido a esta Casa de Leis, para que votem favoravelmente a esse requerimento, para que encaminhem o expediente à bancada federal, para que possamos mudar a legislação federal e obrigue que dentro de um próprio município, do mesmo município, seja proibida a cobrança de tarifa interurbana. É a nova telefonia depois da privatização.

Peço aos companheiros deputados que votem favoráveis, e que possamos votar, para a discussão desse assunto, que diz respeito a 80% dos municípios paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Queremos lembrar aos deputados que teremos uma Sessão, com o secretário da Fazenda, às 16:30, no plenário. Todos os deputados estão convidados, no plenário, às 16:30.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente.

A Assembléia, hoje, está recebendo a presença do prefeito Alcione Wosiack, da cidade de Rosário do Ivaí, acompanhando diversos vereadores Valdivino, Lustroso,

Orlando, Nilson, Valdecir e Lidiane. Desejo para eles uma boa estada aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sejam bem-vindos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 506/99; 647, 649, 657 e 659/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 266, 370/2000; 021, 225, 315, 459, 488, 566, 608, 613, 615, 619, 622, 654, 688, 689, 697, 698 e 708/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI EM SESSÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2002.

Boletim do Sindicarne

EDITORIAL

Entre os dias 29 e 31 do mês de janeiro o Paraná assistiu uma verdadeira aula de democracia não muitas vezes vista em sua história recente. A Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Assembléia Legislativa para apurar os graves problemas que ocorrem nas cadeias produtivas das carnes e lácteos, sob a Presidência do competente deputado Orlando Pessuti, instalou audiências públicas nas cidades de Ponta Grossa, Guaruapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá e Londrina. Nesta primeira fase a prioridade foi concedida ao setor leiteiro.

Já faz muito tempo que os produtores de leite reclamam da baixa remuneração que recebem e isto ficou explicitamente evidenciado nestas audiências, muito bem conduzidas pelo deputado Pessuti, quando todos os elos da cadeia produtiva tiveram a oportunidade de manifestarem seus argumentos. Ninguém foi deixado de lado. Quem quis falar, falou, com tempo, liberdade de expressão e principalmente de crítica. Aqui está o maior mérito deste trabalho desenvolvido pelos valorosos deputados componentes desta Comissão. Da comitiva participaram também representantes do setor privado, como Ocepar, Sindileite, Sindicarne, Fetaep e outras entidades.

É certo que muito do que se falou foi fruto da emoção causada pela situação exasperante que atravessavam os produtores. Num ponto, porém, há unanimidade: as grandes redes de supermercados instaladas no Estado, com seu enorme poder de pressão, cartelização e estratégias comerciais espúrias, aniquilam qualquer possibilidade de uma solução definitiva. O excesso de oferta de leite e seus derivados no mercado contribui ainda mais para que essas redes façam o que bem entendem, explorando a indústria e indiretamente o produtor. As margens de lucro são fantásticas. As diminuições de preços para os produtores não são estendidas para os consumidores. As exigências de rapél, enxoval, aniversários, verbas de publicidade, promotores/repositores pagos pelas indústrias e bonificações as mais variadas são uma constante no dia-a-dia das indústrias e laticínios.

O mesmo ocorre em todos os setores da agroindústria de alimentos. Nos derivados do leite e das carnes as margens de lucro também são assombrosas, dificultando o giro dos estoques, prejudicando os demais elos da cadeia produtiva e contribuindo ainda mais para o excesso de oferta e a elevação do custo de vida.

Outras questões também preocupam. O monopólio da embalagem do leite longa vida é uma delas; o prazo de validade deste leite também é outra. Enfim, o diagnóstico realizado foi perfeito. As soluções não são fáceis, mas sem a menor dúvida terão que passar pela questão dos supermercados. Esperamos que a CPI dos Alimentos, ao contrário da frustrante CPI dos Supermercados instalada no ano passado possa finalmente encontrar uma luz no fim do túnel

TABELA 1 - ABATE DE BOVINOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL NO PARANÁ

(nº de cabeças)

MÊS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
JAN	56.067	54.340	65.547	53.102	49.795	50.652
FEV	55.307	51.866	72.156	53.310	48.812	44.441
MAR	50.062	53.833	63.597	60.720	51.955	64.627
ABR	61.096	60.914	64.429	56.505	52.734	56.618
MAI	64.624	63.029	65.124	58.873	61.258	63.486
JUN	51.557	53.585	69.435	54.801	59.995	61.286
JUL	56.190	53.515	70.964	53.812	65.111	62.949
AGO	49.684	61.069	67.477	62.425	49.297	65.803
SET	52.107	90.485	72.265	61.386	54.068	65.363
OUT	63.382	98.015	71.401	72.760	59.169	85.691
NOV	59.053	75.896	78.956	70.003	63.488	72.899
DEZ	67.657	93.050	83.187	72.197	72.213	
Acum.Jan/Nov	619.129	716.547	761.351	657.697	615.682	693.815
ANUAL	686.786	809.597	844.538	729.894	687.895	

TABELA 1 - ABATE DE SÚINOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL NO PARANÁ

(nº de cabeças)

MÊS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
JAN	202.743	201.584	197.401	211.165	208.584	217.273
FEV	190.932	188.888	190.083	203.009	220.514	197.521
MAR	202.424	207.862	217.492	235.923	226.988	235.018
ABR	199.590	210.686	185.468	196.995	191.552	207.992
MAI	216.772	206.937	197.638	208.495	208.198	227.369
JUN	188.663	205.901	194.925	202.667	210.955	221.615
JUL	217.946	213.457	213.574	210.548	216.945	245.447
AGO	216.043	201.651	197.667	224.770	237.815	250.868
SET	201.569	208.706	203.089	211.784	198.655	226.276
OUT	213.258	213.717	206.148	215.835	216.313	274.143
NOV	191.331	187.631	202.719	217.673	227.804	244.085
DEZ	189.873	200.376	209.977	228.424	207.637	
Acum.Jan/Nov	2.241.271	2.247.020	2.206.204	2.338.864	2.364.323	2.547.607
ANUAL	2.431.144	2.447.396	2.416.181	2.567.288	2.571.960	

TABELA 1 - ABATE DE FRANGOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL NO PARANÁ

(nº de unidades)

MÊS/ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
JAN	32.654.824	34.940.282	35.613.200	39.489.817	49.407.098	55.714.588
FEV	31.025.592	30.768.049	32.646.832	39.108.394	49.926.258	48.092.672
MAR	32.362.877	30.490.641	37.687.597	46.040.719	53.064.049	56.782.722
ABR	32.562.468	33.541.955	35.530.417	42.213.596	45.324.813	53.020.320
MAI	34.256.915	31.825.637	35.867.910	45.312.581	51.494.593	57.231.998
JUN	29.876.874	31.816.873	36.689.486	43.906.099	48.254.327	52.655.162
JUL	34.835.315	35.537.027	42.741.008	44.753.580	46.354.280	56.480.263
AGO	34.932.238	32.824.387	38.532.559	48.473.991	53.526.488	58.580.209
SET	33.902.408	35.806.877	40.587.220	46.765.883	50.507.618	53.314.431
OUT	35.379.085	37.761.646	42.181.789	46.745.798	54.152.372	63.244.608
NOV	33.845.553	33.285.084	40.232.461	46.675.902	49.479.950	58.100.757
DEZ	34.265.709	36.627.342	42.231.754	48.597.836	51.073.427	
Acum.Jan/Nov	365.634.149	368.598.458	418.310.479	489.486.360	551.491.846	613.217.730
ANUAL	399.899.858	405.225.800	460.542.233	538.084.196	602.565.273	